

SEM CORPO: SILÊNCIO

NO BODY: SILENCE

Juliana Oliva¹

Resumo

Na década de 1960, em defesa da militante argelina Djamila Boupacha, acusada sem provas, detida e torturada por forças coloniais, Simone de Beauvoir pergunta: “Ainda podemos ser movidos pelo sangue de uma jovem mulher?” A filósofa existencialista afirma que se alguém sucumbe à tortura, é assassinado, ou, mata a si mesmo. Nesse cenário, o cadáver pode ser escondido, situação sobre a qual conclui: “sem cadáver, sem crime”. Ainda que familiares possam questionar o desaparecimento de uma pessoa, Beauvoir destaca o prevalecimento do silêncio. Assim como o silêncio prevalece nas ameaças que sofrem os sobreviventes à tortura. Se um sujeito é torturado e desaparece, que outro o tortura e toma o seu corpo como um objeto inessencial? Em **Por uma moral da ambiguidade**, a filósofa existencialista explica que o corpo não é um fato bruto e que nele exprimimos nossa relação com o mundo. Beauvoir nota criticamente uma distinção da qual seu tempo se orgulha, entre a permissão da tortura no âmbito militar, e a compreensão de que “não é o exército que tortura”. Se é possível uma subjetividade aniquilada, invisibilizada e então silenciada em seu corpo, em casos de tortura pelo qual Djamila Boupacha passou, e naqueles que assombram nosso presente nas celas de Guantánamo, em presídios brasileiros, em Gaza, nas prisões de El Salvador, no apoio de Donald Trump à violência de Israel cometida contra o povo palestino e o iraniano, que sujeito é esse que tortura o outro com as próprias mãos?

Palavras-chave: Beauvoir; corpo; tortura.

Abstract

In the 1960's, in defense of Djamila Boupacha, Algerian militant, accused without proof, arrested and tortured by colonial forces, Simone de Beauvoir asks: “Can we still be moved by the blood of a young woman?” The existentialist philosopher asserts that if someone succumbs to torture, s/he is killed or kills her/himself. In this context, the corpse may be hidden, and about this situation, Beauvoir concludes: “no corpse, no crime”. Even relatives may question about the disappearance of a person, Beauvoir emphasizes the remaining of silence, such as the silence that remains in the threatens the torture survivors suffer. If someone is tortured and disappears,

¹ Professora Doutora na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. <https://orcid.org/0000-0001-7302-9566>

which other one tortures and takes one's body as an insessetial object? In **The Ethics of Ambiguity**, the existentialist philosopher explains that body is not a rough fact, and that is being this body that we express our relation with the world. Beauvoir critically notes a distinction, which your age is proud, between the permission to torture in the militar field, and the comprehension that "it is not the army who tortures". If there is a possibility that an annihilated subjectivity, which is considered invisible, and then, silenced in its body, in torture cases, like the one Djamila Boupacha suffered, and like those who haunt the present time, in Donald Trump's support to violence Israel commits against Iranian and Palestinian people, in prisons of Brasil, who is the one that tortures the other with her/his own hands?

Keywords: Beauvoir; body; torture.

Em 1962, Simone de Beauvoir conclui o prefácio ao livro escrito pela advogada nascida e educada na Tunísia, Gisèle Halimi, sobre a militante argelina Djamila Boupacha, com a seguinte fala da militante da *Front de libération nationale* (FLN – em árabe, Jabha al-Tyahrir al-Watany): "Eu sou uma prisioneira entre milhares de outras"² Dessas milhares de pessoas, Beauvoir destaca 14.000 detidas em campos e prisões na França, e, na Argélia, 17.000 em prisões, e em campos, centenas de milhares. O texto de Beauvoir aponta para uma conformidade e até mesmo uma legalidade e institucionalização desse cenário de prisões sem provas e torturas de pessoas argelinas por parte do exército e também da própria sociedade francesa. Djamila Boupacha, uma jovem de classe média, educada na França, foi detida aos 23 anos, em 10 fevereiro de 1960. O levante de uma revolta em relação ao tratamento dessas pessoas, uma escolha pelo lado daquelas que sofrem, foi fundamental na libertação de Djamila Boupacha. A filósofa francesa escreve:

Você pode recusar essa guerra que não ousa falar seu próprio nome e o exército que alimenta esta guerra, corpo e alma, bem como o governo que a entrega ao exército. E você pode se posicionar para fazer sua recusa efetiva. Não há terceira alternativa, e eu espero que este livro ajude a convencer vocês. Vocês estão sendo confrontados com a verdade por todas as direções; vocês não podem mais continuar a gaguejar "Nós não sabíamos..." E sabendo, vocês conseguirão fingir ignorância ou contentar-se com uns poucos lamentos apáticos? Eu espero que não.³

² BEAUVOIR, 2012, loc. 583, tradução nossa. No original: "I am but one prisoner among thousands of others."

³ Idem, ibidem, tradução nossa. No original: "You can refuse this war that dares not speak its name and the army that feeds off of this war, body and soul, as well as the government that gives in to the army. And you can put everything into place to make your refusal effective. There is no third alternative, and I hope this book will help to convince you. You are being confronted with the truth from all directions; you can no longer continue to stammer, 'We

Com esse apelo a uma tomada de consciência que leve à ação, Beauvoir busca convocar o coletivo contra a colonização e seus desdobramentos na Argélia. Leonardo Schiocchet, em **“Extremo Oriente Médio, admirável mundo novo: a construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe”**, assinala que os mandatos europeus no Oriente Médio tiveram início mais precisamente em 1830, ano da tomada colonial da Argélia pela França.⁴ Reconhecida juridicamente apenas como parte do território francês, e mais do que uma simples colônia, a Argélia foi um território de povoamento branco, habitada também por colonos europeus (Chinchilla, 2021 e Hobsbawn, 1995, p. 218). Julieta Chinchilla, em seu artigo **“La construcción de una “nueva” mujer argelina: diario de una guerrillera”**, faz uma análise da coluna intitulada *Journal d’une maquisarde* (“Diário de uma guerrillera”), publicada no periódico coletivo e revolucionário *El Moudjahid*, órgão oficial da FLN argelina, durante os meses de junho e agosto de 1959. A autora, considerando a presença das mulheres na guerra civil pela independência da Argélia, iniciada em 1954, tem como foco de sua análise a recriação da imagem de uma “nova” mulher argelina como construção de novas subjetividades em curto prazo. Para ela, a mulher, tanto nas regiões do Norte da África e do Oriente Médio, teria sido a principal guardiã dos valores, sobretudo da religião, que preservam a identidade cultural de uma sociedade colonizada. “No caso argelino, a duração e a escala da colonização muito mais

didn’t know . . .’ And, knowing, will you be able to feign ignorance or content yourselves with a few token laments? I hope not.”

⁴ “As colônias (ou mandatos) europeus no Oriente Médio estenderam-se ao que corresponde hoje aos territórios do Marrocos, da Argélia, da Tunísia, da Líbia, do Egito, do Sudão, Israel e os Territórios Ocupados, Jordânia, Líbano, Síria, Iraque, Chipre, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Bahrein, parte do Iêmen e de Omã. Esta colonização, no entanto, já havia começado mesmo antes da dissolução do Império Otomano, durou mais precisamente de 1830 (com a conquista da Argélia pela França) até 1975 (com a saída dos britânicos de Omã). Ao final da Primeira Guerra Mundial, a França que já tinha conquistado a Argélia em 1830 (que por muito tempo foi tratada como parte integrante do território francês), assinado um acordo (Tratado de Bardo) que transformara a Tunísia em colônia francesa em 1883 e instaurado um protetorado no Marrocos em 1912 – ficou com as terras que hoje correspondem à Síria e ao Líbano. Já os britânicos – que já tinham transformado o Kuwait em um protetorado em 1899 e tomado o Egito dos otomanos, transformando-o oficialmente em protetorado em 1914 – criaram um estado mandatário da Palestina e da Mesopotâmia. O mandato da Palestina foi logo dividido em Palestina e Transjordânia (dos quais saíram hoje Israel, os Territórios Ocupados e a Jordânia). O resto dos territórios otomanos de população árabe na península arábica foi então distribuído como favores às elites políticas árabes que lhes apoiaram durante a guerra.” (SCHIOCCHET, 2011, p. 51-52)

agudas, levaram a mulher argelina a adquirir uma importância simbólica ainda mais profunda no que diz respeito ao resguardo da identidade”⁵, escreve Chinchilla.

Djamila Boupacha não era uma líder na FLN. Na introdução ao prefácio de Beauvoir, publicado na coletânea de textos da filósofa francesa sob o título de **Political Writings**, Julien S. Murphy destaca o nome de outras mulheres, também sem posição de liderança e acusadas, torturadas e estupradas em suas prisões: Hassiba Ben Bouali, Zhora Drif, Elyette Loup e Nassima Hablal. Alguns casos são publicizados, como estratégia para mobilizar a opinião pública contra o governo francês de De Gaulle, que “repetidamente negou que a tortura ainda fosse usada na Argélia, pela França ter assinado três documentos internacionais condenando a tortura.”⁶ Murphy menciona três militantes coincidentemente chamadas “Djamila” (Bouhired, Bouazza y Boupacha), cujos casos de sofrimento de abuso ficaram conhecidos pela publicação de livros e artigos por comitês solidários à FLN. No caso de Boupacha, não houve testemunhas ou evidências de que ela plantara uma bomba no restaurante da universidade em Algiers, e sua confissão foi arrancada em um interrogatório sob tortura.⁷

No trabalho junto a Halimi, Beauvoir busca alcançar a esquerda na classe média francesa, visando sua conscientização acerca dos métodos ilegais do governo na Argélia.⁸

Com o início da guerra de independência, em 1954, surge a FLN, entre as frentes do nacionalismo argelino, explica Chinchilla. Desde as mais conservadoras às mais radicais, são as frentes mais progressistas que ganham importância na condução do movimento; ainda, como descreve Deivison Mendes Faustino, na abertura da coletânea de textos de Frantz Fanon intitulada **Escritos Políticos**, a FLN agrega “a vanguarda política e teórica que conduziu a Argélia a sua independência, em 1962”⁹. Faustino destaca, aliás, que as disputas políticas travadas no interior da frente, que será renomeada como Governo Provisório da República da Argélia (GPRA), são contextos importantes para a leitura das posições tomadas por Fanon em

⁵ CHINCHILLA, 2021, tradução nossa. No original: “En el caso argelino en particular, el hecho de que la duración y la escala de la colonización hayan sido mucho más agudas 2, llevó a que la mujer argelina adquiriera una importancia simbólica aún más profunda en lo que se refiere al resguardo de la identidad. (CHINCHILLA, 2021)”

⁶ Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (1948), Convenções de Geneva (1949) e Convenção Europeia dos Direitos Humanos (1953). Murphy comenta que a tortura já teria sido condenada muito antes na Declaração dos Direitos do Homem (1789). (MURPHY, 2012, loc. 563)

⁷ Idem.

⁸ Idem, p. 549.

⁹ FAUSTINO, 2021, p. 14

seus textos para *El Moudjahid*, em sua colaboração anônima com o periódico de 1957 a 1960. Com o trabalho de identificação realizado por Redha Malek, que fora chefe de redação do jornal, e pela jornalista Josie, esposa de Fanon, hoje sabemos quais textos são de sua autoria.¹⁰ Em “Independência da Argélia, a realidade de todos os dias”, publicado em 5 de agosto de 1957, Fanon escreve sobre a situação argelina e a importância da FLN para a afirmação do povo argelino enquanto nação:

As palavras de ordem precisas do movimento deveriam logicamente realizar esse encontro entre a ação militar e a construção da nação. Em sua atividade cotidiana, diante dos problemas concretos de abastecimento de água do aduar ou de escolarização das crianças, o combatente exerce influência decisiva sobre as estruturas políticas e sociais de sua região. Para ele, a República Argelina não é um desejo ou uma ilusão qualquer, é muito concretamente e desde já as assembleias populares, a distribuição equitativa das riquezas, o respeito às liberdades e o extermínio de todo sistema de opressão. O povo argelino, ao mesmo tempo que expulsa o inimigo do território nacional, transforma-se em força política autêntica e experimenta o exercício do poder.¹¹

Faustino explica o “plano político interno” da FLN a partir de uma análise concreta do colonialismo pela perspectiva do marxismo, pela qual são problematizadas questões étnico-raciais e de classe, com vistas a afirmar “um nacionalismo secular e humanista no interior de uma revolução baseada na identidade muçulmana”¹². Chinchilla, investigando a subjetividade feminina que se delineia nesse levante por autodeterminação, associa o surgimento de um novo nacionalismo radical também ao discurso sobre a mulher em uma sociedade mais igualitária, que compreende a libertação do domínio colonial como condição para a libertação da mulher argelina.

o surgimento de um novo nacionalismo radical que conduzia a guerra foi influenciado pelos discursos de modernidade e desenvolvimento característico daquele período. Por esse motivo, não é de se estranhar que a FLN tenha impulsionado um discurso sobre a mulher, que não só buscava expressar a sociedade moderna e igualitária a que aspirava, mas também pretendia ganhar a opinião pública internacional, representante chave para o reconhecimento do direito à autodeterminação do povo argelino na Organização das Nações Unidas. Com essa lógica, não é de se estranhar que uma boa parte do discurso da Frente de Libertação Nacional argelina insistia na ideia de que a

¹⁰ Idem, p. 26

¹¹ FANON, 2021, p. 39

¹² FAUSTINO, 2021, p. 14

libertação do domínio colonial era uma pré-condição para a libertação da mulher argelina.¹³

Nesse sentido, se a mulher pode ser um símbolo de resguardo de valores de um povo colonizado, ela aparece também como chave para libertação da colonização. Além das mulheres, os espaços rurais também são elemento importante na composição da FLN. Chinchilla menciona dados do Ministério de ex Combatentes da Argélia¹⁴ que revelam que das 10.469 mulheres registradas, 19% foram incorporadas à estrutura do Exército de Libertação Nacional, ao passo que as outras foram militantes civis. Aquelas pertencentes ao meio rural somam 78% de um pouco menos da metade do total, que eram mulheres com menos de 30 anos de idade. Ao mesmo tempo, Chinchilla compreende que é com a propaganda da imagem da mulher jovem, urbana e educada que a FLN trabalha, consciente e, intencionalmente, visando um afronte a um pacote de medidas do governo colonial francês, em 1959, voltado ao que seria compreendido como uma emancipação das mulheres. Para tal emancipação, estava previsto o estabelecimento do matrimônio civil, o voto universal e o aumento da idade mínima para o casamento, um ano após mobilizações para que as argelinas deixassem o uso do véu como demonstração de apoio ao governo francês. Cenário descrito por Chinchilla como uma guerra psicológica, desenvolvida pelo exército francês, ao promover o contato entre as Equipes médico-sociais itinerantes (EMSI) com mulheres da zona rural.

Assim, parece-nos então que a sinalização à modernidade e ao desenvolvimento como estratégia da luta por independência argelina não se sobrepõe a uma originalidade da identidade do povo, presente no discurso nacionalista; e, em alguma medida, a mulher equilibra a tensão entre emancipação e preservação de valores e tradições, desestruturados pela colonização, mas

¹³ CHINCHILLA, 2021, tradução nossa. No original: “el surgimiento de un nuevo nacionalismo radical que conducía la guerra, estuvo influido por los discursos de modernidad y desarrollo característicos de esos años. Por este motivo, no es de extrañar que el FLN haya impulsado un discurso sobre la mujer que no sólo buscaba expresar la sociedad moderna e igualitaria a la que aspiraba, sino que también pretendía ganarse a la opinión pública internacional, actor clave para el reconocimiento del derecho a la autodeterminación del pueblo argelino en la Organización de Naciones Unidas. Con esta lógica, no es de extrañar que una buena parte del discurso del Frente de Liberación Nacional argelino insistía en la idea de que la liberación del dominio colonial era una precondición para la liberación de la mujer argelina.

¹⁴ Sua referência é IBRAHIMI, K. “Les Algériennes et la guerre de libération nationale. L’émergence des femmes dans l’espace public et politique au cours de la guerre et l’après-guerre”. In: HARBI, M. y STORA, B. La guerre d’Algérie. Millau: Pluriel, 2012.

presentes no refúgio da família. “Neste contexto, é que poderia se explicar o perfil da jovem eleita para escrever a coluna [*Journal d’une maquisarde*]: uma jovem que já tinha permissão para sair de casa para estudar e não estaria quebrando tantos tabus ao se ausentar de seu lugar para participar da luta por independência”¹⁵, descreve Chinchilla. E, voltando à análise de Faustino, se o diálogo entre marxismo e a compreensão da situação colonial embasam o plano político da FLN, no plano externo, a frente dirige-se não só ao povo argelino, mas também à comunidade internacional em geral.¹⁶ Daí o trabalho com a imagem de uma nova mulher também como resposta às movimentações do cenário internacional. Vale notar que o papel da mulher na luta pela libertação era discutido por militantes de todo o país e de todas as classes sociais em reuniões, chamadas pelos chefes do movimento, nas quais elas trocavam experiências. Porém, a ação dessas mulheres desponta não de uma reação a uma situação feminina, mas da tomada de consciência acerca das injustiças do colonialismo e da opressão estrangeira.

Em 1961, o então presidente francês Charles de Gaulle convocou um *referendum* sobre a independência da Argélia, que teve apoio da maioria dos cidadãos residentes na França, e de menos da metade da população argelina. Após negociações entre a FLN e o governo francês em 1961, no ano seguinte, foi convocado um novo *referendum*, que resultou em favor da independência. Hobsbawn destaca o apoio de trabalhadores braçais emigrados para a França ao movimento revolucionário argelino. Por outro lado, após a independência do território, que até o início da década de 1960 pertencera à França, houve migração em massa de argelino-franceses da ex-colônia para o país colonizador.¹⁷

Beauvoir expressa seu apoio à Argélia nos dois últimos anos da guerra. Dentre suas reflexões do período, podemos destacar trecho de carta ao escritor estadunidense Nelson Algren, datada de 14/04/1961, em que ela comenta, em tom de ironia e crítica:

Em Paris, tudo vai cada vez melhor: nós estamos torturando, matando os argelinos em plena capital. Produzimos uma forma limpa e correta de proceder: utilizamos pobres

¹⁵ CHINCHILLA, 2021, tradução nossa. No original: “En este contexto, es que se podría explicar el perfil de la joven elegida para escribir la columna: una joven que ya tenía permiso para salir de su casa a estudiar y no estaría rompiendo tantos tabúes al ausentarse de su hogar para participar de la lucha por la independencia.”

¹⁶ FAUSTINO, 2021, p. 15

¹⁷ HOBBSAWN, 1995, p. 174

traidores argelinos, pagamos regimento e os transformamos em policiais. Quando um argelino é preso, a polícia francesa o entrega a esses *harkis* que o “trabalham” em algum subsolo até matá-lo, ou até ele se suicidar ou ficar louco. Os tiras franceses podem declarar com toda honestidade: “Nós não torturamos ninguém.” Quanta sagacidade, não?¹⁸

Notamos que está presente também na carta a Algren a indagação de Beauvoir acerca da aparente ausência de um torturador a cada declaração falsa que não reconhece a tortura como ação inerente ao domínio francês da Argélia. Sua reflexão e expressão de apoio ganham corpo na comunicação, no encontro com o outro, que compõe também o coletivo que ocupa as ruas parisienses. Em **A força das coisas**, a filósofa francesa escreve sobre seu prefácio para o livro de Halimi, mas não explora detalhes do caso Boupacha. Acerca daquele período, ela descreve também a manifestação de 18 de novembro, organizada pelas juventudes comunistas, contra o fascismo e o racismo. “Havia uma grande alegria naquela multidão em marcha, espantada com a sua liberdade. E como eu me sentia bem! A solidão é uma morte e, reencontrando o calor dos contatos humanos, eu ressuscitava.” Entre cerca de 8 mil manifestantes, Beauvoir participa dos coros que pedem “Paz na Argélia”.¹⁹

Murphy aponta uma tristeza nos comentários de Beauvoir sobre os árabes a partir de 1956, diferente de suas impressões superficiais sobre a situação da colônia, em sua viagem com Sartre à Argélia, em 1948. Quase uma década depois, sua raiva aparece no final do terceiro volume de suas memórias, **A força das coisas**, com críticas à imprensa francesa por mentir acerca da guerra, ao povo francês, que, ao seu ver, falhara em seus protestos, e ao envio de jovens soldados franceses à Argélia. Para Beauvoir, segundo destaca Murphy, nem mesmo os comunistas, ou a esquerda, tiveram uma resposta adequada ao caso argelino.²⁰

Em 1960, Beauvoir escreve para o jornal *Le monde* o artigo “**Em defesa de Djamila Boupacha**”, o primeiro documento a ser adicionado, mais tarde, ao dossiê do julgamento da jovem militante. A repercussão do escrito tem início com censura a palavras como “vagina” e à frase “Djamila era uma virgem”, importante para Beauvoir, pelo significado específico do estupro para uma jovem muçulmana que ainda não havia se casado. O governo francês ordena a destruição de todas as cópias da edição argelina do número com o artigo da filósofa.²¹ Após a

¹⁸ BEAUVOIR, 2000, p. 536

¹⁹ BEAUVOIR, 1995, p. 525-526

²⁰ MURPHY, 2012, loc. 555-558

²¹ Idem, loc. 553-555

publicação do artigo, Halimi, envolvida no caso a pedido do irmão da argelina, Djamal Boupacha - preso no campo de internação francês Camp Bossuet – junto de Beauvoir, forma, na França, o Comitê Djamila Boupacha, grupo independente com adesão de outros membros, como o próprio Sartre, para mobilização da opinião pública, tendo como objetivo principal a libertação de Boupacha e a punição pública de seus torturadores. Halimi visita a jovem na Prisão Barbarossa, e nota que suas pernas evidenciam sinais de tortura. A advogada escuta o relato do estupro sofrido, acompanhado da declaração “Eu sou uma agente da FLN. Devo morrer pela independência da Argélia.”²²

Beauvoir, com vergonha dos militantes, por ser francesa, nunca se encontrou com Djamila Boupacha. Deirdre Bair, biógrafa da filósofa, conta que ela escrevera prefácios para dois livros sobre contracepção e planejamento familiar, de autoria da Dra. Marie-Andrée L. Weil-Hallé. O apoio à Dra. Weil-Hallé chama a atenção da advogada, que recruta a filósofa existencialista para ajudá-la na publicização da mutilação de mulheres argelinas suspeitas de ajudar a FLN, com o intuito de denunciar e interromper tal crime.²³ A decisão de aceitar o convite para a coautoria vem com relutância, pelo medo de retaliação após dois ataques a bomba à residência de Sartre pela Organização Armada Secreta (Organization Armée Secrète), formada por franceses extremistas. E, como pudera presumir, um dia após a publicação do livro de Halimi, Beauvoir recebe uma ameaça de morte.²⁴

O livro, intitulado **Djamila Boupacha: A história da tortura de uma jovem garota argelina que chocou a opinião francesa liberal**, foi publicado em 1962, dois meses antes da assinatura do Acordo Evian, para libertação sob declaração de anistia, que deu imunidade também ao Exército. Assim como o caso de Boupacha chegava ao fim, não houve, assinala Murphy, qualquer ação formal contra seus torturadores.

Sobre a independência da Argélia, Beauvoir escreve a Algren em Fevereiro de 1962:

Bem, a paz foi assinada, essa paz com que tanto sonhamos que, no entanto, não traz nenhuma alegria. Muitos mortos argelinos (fala-se de dois milhões e de campos de concentração comparáveis aos dos nazistas). O GPRA teve de fazer muitas concessões, o colonialismo não sofre uma derrota clara. Que irá acontecer na Argélia, no exército, na metrópole? Vamos reservar a alegria para mais tarde.²⁵

²² Idem, loc. 549, tradução nossa. No original: “I’m an FLN agent. I shall die for Algerian independence.”

²³ BAIR, 1990 p. 480

²⁴ MURPHY, 2012

²⁵ BEAUVOIR, 2000, p. 540-541

Schiocchet sugere que o caso da Argélia possa ser o mais emblemático no que concerne a uma dialética entre “a resistência armada de grupos locais e a violenta repressão por parte das potências coloniais” no processo de independência.²⁶ E Hobsbawn aponta, também no caso da Argélia, uma brutalidade peculiar, “que ajudou a institucionalizar a tortura nos exércitos, polícia e forças de segurança de países que se diziam civilizados”, além de popularizar o uso de “choques elétricos aplicados a línguas, bicos de seios e órgãos genitais”²⁷. A tortura infligida ao corpo é um dos temas principais do texto de Beauvoir sobre Djamila Boupacha, como podemos ler desde as primeiras frases:

Uma mulher argelina de vinte e três anos e agente de coordenação para a FLN, foi presa, torturada, estuprada com uma garrafa por militares franceses, e isso é considerado comum. Desde 1954, em nome da supressão da rebelião, e então da pacificação, nós somos todos cúmplices de um genocídio que causou cerca de um milhão de vítimas.²⁸

Os campos ditos de relocação, ou transferência (*relocation camps*), são, para Beauvoir, na verdade, campos de extermínio, e “prostíbulo” para os soldados de elite. A inferiorização e exploração dos colonos passa pelo corpo. Vivo, o sujeito, sob a violência colonial, experiencia: adoecimento, frio e fome extremos; é queimado, cortado, estripado, estuprado; é reduzido a gargantas, barrigas, a tantas partes do corpo nas quais se inflige dor de modo a recusar o seu ser no mundo e o sentido que ele expressa nessa presença e na realidade que constrói. A recusa, a aniquilação do Outro, na instrumentalização de seu corpo, é afirmada como um acontecimento comum na verdade sobre o mundo daquele que se projeta como Um, sujeito soberano. Daí a importância da indagação acerca de uma ausência de comunicação e de reconhecimento entre projetos, e de uma aparente inação dos indivíduos em uma sociedade estruturada e afirmada na imposição da condição de Outro a determinado grupo de indivíduos.

²⁶ SCHIOCCHET, 2011, p. 56

²⁷ HOBSBAWN, 1995, p. 218

²⁸ BEAUVOIR, 2012, loc. 567, tradução nossa. Na edição em inglês: “A twenty-three-year-old Algerian woman and liaison agent for the FLN was imprisoned, tortured, raped with a bottle by French military men, and it’s considered ordinary. Since 1954, in the name of suppressing rebellion, then of pacification, we are all accomplices of a genocide that has claimed over a million victims.”

Beauvoir, então pergunta: “Ainda conseguimos nos mobilizar pelo sangue de uma jovem mulher?”²⁹ A Comissão de Proteção dos Direitos e Liberdades Individuais, criada em 1957, com a proposta de investigar as queixas de tortura, desaparecimento e atos violentos contra os argelinos cometidos pela França, declara, em entrevista concedida por Maurice Patin (1895-1962), nomeado presidente da Comissão por Charles De Gaulle, que “Djamila Boupacha está viva: o que ela suportou não foi, então, tão terrível.”³⁰ O livro de Halimi, nesse cenário, não apenas conta a história de Boupacha, mas, para Beauvoir, expõe um mecanismo de mentiras que nega que haja uso institucional da tortura. Lemos no célebre prefácio:

O uso da tortura tem sido publicamente advogado pelo General Massu, abertamente ensinado a jovens policiais, sancionada por um amplo número de clérigos, aplaudida pela população europeia da Argélia, e sistematicamente praticada nos “centros de triagem”, prisões, bases militares, e Djebels³¹, então tem sido fácil negar a tortura em cada caso particular, graças a essa unanimidade.³²

A denúncia de Beauvoir aponta para uma institucionalização da tortura na França que contribui para que esse tipo de violência perdure, e considerada inerente ao sistema por De Gaulle. Contudo, em consonância com a reflexão de Beauvoir, é importante colocarmos uma primeira questão: em que contexto a tortura deveria ser tolerada? Deveríamos permitir a tortura?

“Por muito tempo, nós, devotamente, fizemos esta distinção: a tortura pode ocorrer no exército, mas não é o Exército que tortura.”³³, ela escreve. E acrescenta: “A carta do General Ailleret coloca um fim a essas nuances; protegendo aqueles que, vestindo uniformes, cometem

²⁹ Idem, loc. 567, tradução nossa. Na edição em inglês: ““Can we still be moved by the blood of a young woman?””

³⁰ Idem, ibidem, tradução nossa. Na edição em inglês: “Djamila Boupacha is alive: what she endured was therefore not so terrible.”

³¹ Montanhas do Norte da África.

³² Idem, loc. 567-569, tradução nossa. Na edição em inglês: “The use of torture has been publicly advocated by General Massu, openly taught to young officers, sanctioned by a large number of clerics, applauded by the European population of Algeria, and systematically practiced in the “triage centers,” prisons, military bases, and Djebels, so it has been easy to deny torture in each particular case, thanks to this unanimity.”

³³ Idem, loc. 578, tradução nossa. Na edição em inglês: “For a long time we have piously made this distinction: torture may occur in the army, but it is not the army who tortures.”

crimes, ele assume a responsabilidade por aqueles crimes: é o Exército que tortura.”³⁴ Beauvoir se refere à carta de Ailleret na qual o general declara que não disponibilizará as fotografias dos soldados e policiais que tiveram contato com Djamil, solicitadas para reconhecimento dos torturadores pela vítima, para evitar repercussões desagradáveis que poderiam afetar a moral da corporação. Vale destacar que, se nos perguntamos acerca da possibilidade e da permissibilidade para que haja tortura, colocamos a questão em uma esfera moral. Se a tortura é inerente a um “sistema”, como pensarmos a responsabilidade pela ação e pelo mundo instituído a partir da liberdade e da ambiguidade características da condição humana? Tanto ambiguidade sujeito-objeto como o desvelamento de um sentido moral para a escolha singular são negadas, talvez não pela afirmação de um sujeito soberano, mas por uma coisa, o exército, que tornaria qualquer existência, coincidente com a liberdade, seja do colono ou daquele que incorpora a colonização, no ato de tortura, inessencial.

“Não há abuso ou excesso, mas um sistema inteiro em seu lugar. A moralidade em tal guerra não vem à tona. O exército organiza argumentos tão irrefutáveis contra a moralidade, que o único meio de evitar suas consequências é privar o exército de seu poder.”, escreve Beauvoir.³⁵ Murphy compreende que Beauvoir percebeu o mal como um absoluto nesse contexto, de modo que esse absoluto possa “intervir” e criar um mundo desumanizado. Nesse mundo, a pesquisadora não identifica qualquer traço de ambiguidade, o que nos levaria então ao absurdo da facticidade, uma vez que é pela liberdade do outro que o sentido que atribuímos a nossos atos é reconhecido.³⁶ Ao mesmo tempo, se Beauvoir fala em um mal como absoluto, essa realidade objetiva conhecida e vivida decorre de um trabalho subjetivo. Assim, perguntamos com Beauvoir: quem tortura? Ao mesmo tempo em que a resposta “é o Exército que tortura.” parece verdadeira, uma vez que a afirmação da subjetividade parece perdida e diluída diante de uma causa que emerge como essencial. A liberdade então é renegada em

³⁴ Idem, *ibidem*, tradução nossa. Na edição em inglês: “General Ailleret’s letter puts an end to these nuances; by protecting

those who commit crimes in uniform, he takes responsibility for those crimes: it is the army who tortures.”

³⁵ Idem, loc. 581, tradução nossa. Na edição em inglês: “There is no abuse or excess, but an entire system in place. Morality in such a war does not come into play. The army marshals such irrefutable arguments against morality

that the only way to avoid its consequences is to strip the army of its power.”

³⁶ MURPHY, 2012, loc. 560.

proveito de fins supostamente absolutos. Mas todo projeto emana de uma subjetividade; então a quem interessam esses fins?

O mauritano, ex-prisioneiro de Guantánamo, Mohamedou Ould Slahi, em seus relatos sobre a experiência na prisão – publicados sob o título **O Diário de Guantánamo**, como estratégia de sua advogada para provocar visibilidade para o seu caso – chama a nossa atenção para o aspecto relativo do que se define como crime, uma vez que, ele compreende, “é algo que o governo define e redefine sempre que lhe convém”. Slahi ressalta a dificuldade para distinguir “onde fica a linha que separa o que é e o que não é transgredir a lei”, sobretudo por parte de quem experiencia a prisão, “porque a maioria das pessoas acredita que o governo tem boas razões para essa prisão.” (SLAHI, 2015, p. 159). Um telefonema de seu primo realizado de um número de Osama Bin Laden, de quem era parceiro de negócios, para Slahi, é a provável causa de sua prisão na Mauritânia em 2001, seguida de transferência para a Jordânia em 28 de novembro do mesmo ano, onde passa oito meses sob interrogatórios cujos resultados apontam para sua inocência. Ainda assim, sob ordens estadunidenses ele é transferido para Bagram, no Afeganistão, e então para Guantánamo.

Vinte e oito de novembro é o dia da independência da Mauritânia; marca o evento em que a República Islâmica Mauritânia teria ganhado sua independência dos colonialistas franceses, em 1960. A ironia é que nessa mesma data, em 2001, a independente e soberana Mauritânia entregou um de seus próprios cidadãos, por uma premissa. Para sua perpétua vergonha, o governo mauritano não só violou a constituição, que proíbe a extradição de criminosos mauritanos para outros países, mas também extraditou um cidadão inocente e o expôs à aleatória justiça americana.³⁷

Em sua fala no encontro intitulado “Breaking the silence: from Guantánamo to ICE: Mohamedou Ould Slahi & Don E Walicek”, promovido pelo Geneva Graduated Institute, na Suíça, o mauritano defende a democracia, e destaca como positivo o sentimento de quem sabe que não será preso pela polícia sem motivo, ao mesmo tempo em que aponta para o caráter abstrato dos Direitos Humanos para pessoas do continente africano e Oriente Médio, sugerindo que haja um tipo de acordo comum no que concerne ao assassinato e à violação de indivíduos dessas partes do mundo.

A experiência de tortura indica, para Slahi, que em Guantánamo zomba-se dos Direitos Humanos. Ainda assim, ele declara ter perdoado seus abusadores. A decisão pelo perdão, e

³⁷ SLAHI, 2015, p. 201

também por ser gentil, ele conta, não é por ser um homem bom, mas por perceber-se responsável apenas por suas ações. Para Slahi, assim como não seria possível ser responsável pela ação dos outros, não há o que se fazer contra a violência de Estado, por isso também ele mantém sua fé. Arriscamos afirmar então que a consciência e a escolha do outro não estão a nosso alcance. A consciência do mundo e a possibilidade de agir nele é uma experiência singular e subjetiva, que Slahi assumi então com responsabilidade a partir de seus valores. Ao mesmo tempo, talvez sua vontade e ação pareçam insignificantes se o Estado emerge como um absoluto que aniquila o seu ser.

Ainda no referido evento, Slahi lembra sobre o momento da criação da atualmente tão comentada “ICE” - sigla para U.S. Immigration and Customs Enforcement's - criada em 2003, em decorrência dos atentados às torres gêmeas do World Trade Center em 11 de Setembro de 2001.³⁸ Destacamos também que, pouco menos de um ano depois, em Agosto de 2002, o Pentágono substitui o comandante da prisão de Guantánamo. As mudanças desse período levam a uma cisão entre os interrogadores militares e aqueles que geralmente conduziam as entrevistas com os prisioneiros, que eram o FBI e os agentes da Força-Tarefa de Investigação Criminal (CITF). A troca de comandante no campo e a mudança da condução e dos métodos dos interrogatórios – aliás, coincidentes com o momento em que é sugerida relação entre Slahi e os sequestradores do Onze de Setembro – reforçam a tortura institucionalizada, conforme observa Larry Siems na introdução a **O Diário de Guantánamo**:

Em setembro e outubro [do ano de 2002], apesar das ferrenhas objeções dos agentes do FBI e da CITF, os militares criaram sua primeira “Equipe de Projetos Especiais” e desenvolveram por escrito um plano para o interrogatório do prisioneiro saudita Mohammed al-Qahtani. Esse plano incorporava algumas das “técnicas incrementadas de interrogatório” que a CIA vinha empregando havia vários meses em suas próprias prisões secretas. Por esse plano, implementado intermitentemente durante o outono e afinal, com a autorização assinada pelo secretário da Defesa Rumsfeld, numa cruciante investida de cinquenta dias que começou em novembro, os interrogadores submeteram Qahtano, 24 horas por dia, a um regime de extrema privação de sono,

³⁸ Ao acessarmos o website da ICE (<https://www.ice.gov/>), encontramos na seção “About Us” a seguinte descrição: “In March 2003, the Homeland Security Act set into motion what would be the single-largest government reorganization since the creation of the Department of Defense. One of the agencies in the new Department of Homeland Security was the Bureau of Immigration and Customs Enforcement, now known as U.S. Immigration and Customs Enforcement, or ICE. Congress granted ICE a unique combination of civil and criminal authorities to better protect national security and public safety in answer to the tragic events on 9/11. Leveraging those authorities, ICE's primary mission is to promote homeland security and public safety through the criminal and civil enforcement of federal laws governing border control, customs, trade and immigration.”

música em alto volume e ruídos brancos, temperaturas gélidas, posturas forçadas e estressantes, ameaças e uma variedade de humilhações físicas e sexuais.³⁹

Com o desenvolvimento de um “Plano Especial de Interrogatório”, ocorrem em outubro e novembro daquele ano interrogatórios mais abusivos. Esses métodos são autorizados em memorando assinado por Donald Rumsfeld em 2 de dezembro de 2002. (SLAHI, 2015, p. 124, nota do editor) Vale notar também que a empresa responsável pela fabricação de algemas (*shackles*) utilizadas em Guantánamo – a Hiatt and Co (UK) – conforme levantamento do professor Walicek, compartilhado em sua fala no encontro “Breaking the silence”, fabricara também as algemas utilizadas na escravização britânica no Caribe no século XIX.

Para Beauvoir, a tortura está ligada à morte, ainda que o torturado permaneça vivo; e a solução do exército seria o extermínio, desafiando toda lei, escrita, ou não. “Se um homem sucumbe à tortura, ele é assassinado, ou se mata. E seu cadáver é escondido: sem cadáver, sem crime.”⁴⁰, escreve a filósofa existencialista. A ausência do cadáver elimina a concretude do extermínio, dá corpo ao silêncio sobre a existência da tortura, uma vez que não há quem a perceba, além de quem a comete. “Às vezes um pai ou uma esposa faz perguntas, mas a eles é dito que ele [o indivíduo torturado] desapareceu, e permanece o silêncio mais uma vez.”⁴¹ Sem corpo, o silêncio.

A sobrevivência do torturado também é perpassada pelo silêncio imposto por ameaças. Em “A Legião Estrangeira desmoralizada”, artigo publicado em 5 de agosto de 1957, no *El Moudjahid*, Fanon conta sobre a passagem de legionários para o lado do Exército de Libertação Nacional (ELN), após a experiência como soldados da Legião Estrangeira – a saber, do Exército francês – em missão na Argélia. A saída da Legião, tal como a integração, é árdua, pois persistem as ameaças, e a experiência da tortura. Fanon conta que os homens que se alistaram foram, desde o princípio, vítimas de embustes, e então submetidos a longas horas de trabalho psicológico de doutrinação pelas autoridades francesas.⁴²

As verdades oficiais, as diretrizes do ministro residente chegavam e eles [os legionários] eram obrigados a engoli-las, acompanhadas de comentários. É evidente

³⁹ SIEMS, 2015, p. 41

⁴⁰ BEAUVOIR, 2012, loc. 569, tradução nossa. Na edição em inglês: “If a man succumbs to torture, he is killed or kills himself. And his corpse is hidden: no corpse, no crime.”

⁴¹ Idem, ibidem, tradução nossa. Na edição em inglês: “Sometimes a father or wife asks questions, but they are told that he has disappeared, and silence once again resumes.”

⁴² FANON, 2021, p. 32-33

que esse alimento encomendado era no mínimo indigesto para os recém-chegados, completamente alheios aos problemas em que se debate o colonialismo francês e ignorantes de tudo a respeito do país [Argélia] e dos habitantes dos quais se pintava um quadro dos mais sombrios. Os inconvenientes seriam menores se estivesse em poder deles confrontar as lições de seus professores com a vida cotidiana! Mas o regulamento a esse respeito é extremamente severo, os soldados da Legião são mantidos rigorosamente afastados de toda realidade exterior. A leitura até mesmo dos jornais colonialistas é formalmente proibida, o contato com o indígena é considerado falta grave e às vezes punido como verdadeiro crime.⁴³

Fanon aponta para o aniquilamento da personalidade e do embrutecimento cultivado nos soldados no ambiente em que poderiam ser espancados por não saber segurar um fuzil. “Cultivar racionalmente a selvageria, matar o homem para fazer dele um animal feroz, essa é uma das missões essenciais dos instrutores da Legião.”⁴⁴ Na Jordânia, Slahi observa um guarda que, aparentemente, realizava seu trabalho há algum tempo: “não havia sinais de humanidade em seu rosto. Ele odiava a si mesmo mais do que qualquer um poderia odiá-lo”⁴⁵. A voz, os gestos, a fisionomia e o comportamento dos soldados são treinados para inspirar o terror. Para Fanon, a liberdade não existe nesse cenário de “promessas não cumpridas”, “tratamentos inumanos” e “frases de ódio que são repetidas como uma obsessão”⁴⁶

Slahi observa, na Polícia Secreta de seu país, a Mauritânia, que guardas de detentos secretos “por mais que queiram se compadecer de você, farão tudo que lhes ordenarem, até mesmo tirar sua vida.”, e assinala que esses guardas estão entre os braços da ditadura, sem os quais “o ditador é um aleijado”. Slahi relata não sentir ódio dos guardas que o fizeram sentir-se mal; são pessoas que “são o alvo do ressentimento da sociedade”, e acrescenta: “eles tem o direito de ser tão infelizes quanto a maioria dos mauritanos.”⁴⁷ Além disso, se os legionários foram vítimas de embustes, o salário dos guardas mauritanos, na época da prisão de Slahi, não passava de cinquenta dólares por mês.

Todos os meus guardas tinham uma coisa em comum: todos viviam bem abaixo da linha da pobreza, e sem um trabalho complementar nenhum deles conseguiria chegar ao fim do mês. Na Mauritânia, a defasagem entre os oficiais que comandam e os agentes alistados é grande demais.⁴⁸

⁴³ Idem, p. 33

⁴⁴ Idem, p. 34

⁴⁵ SLAHI, 2015, p. 222

⁴⁶ FANON, 2021, p. 32-33

⁴⁷ SLAHI, 2015, p. 199

⁴⁸ Idem, *ibidem*.

Por outro lado, há desertores, observa Fanon, cuja conduta é gerada pela insatisfação e pela curiosidade em relação aos fragmentos de verdade sobre a vida dos resistentes e as vitórias do ELN. Fanon considera um “crime contra a inteligência”⁴⁹ a sedução e a violência empregada pela França para mobilização de homens de origens diversas para se alistarem, por uma causa estranha, na Legião.

Se, com Fanon, considerarmos a questão em termos de inteligência, eis então talvez o desvelamento da consciência, primeiramente, por parte da consciência do torturado, da realidade em que vive, a compreensão de si, livre de uma petrificação pelo olhar do outro. E em segundo lugar, um outro desvelamento, realizado por aquele que uma vez aceitara ver o mundo com os olhos da Legião Estrangeira e se alienara como peça do Exército francês, e que então se volta à verdade desvelada pelo povo argelino, entrevista nas ações do ELN. Por outro lado, para além da tomada de consciência do indivíduo, aparece como necessário o reconhecimento da existência e da verdade da experiência vivida tanto por Boupacha como por Slahi, para que transcendam concretamente sua situação. No caso do último, é o encontro com a advogada Nancy Hollander que rompe o silêncio. Silêncio daquele que, preso e isolado, não encontrara possível interlocutor para comunicar sua dor ao saber da morte de sua mãe. Slahi, mesmo com certa sagacidade com a qual interpela seus próprios interrogadores, após vivenciar a tortura, aviltado desde seu corpo, demora para contar sua experiência.

Eu tinha idade suficiente para saber que ele [um dos interrogadores cujo nome está censurado] era um sórdido mentiroso e um homem sem honra, mas ele estava no comando e assim eu tinha de ficar ouvindo suas besteiras continuamente. Eu só queria que as agências comessem a empregar pessoas mais espertas. Será que ele achava de verdade que alguém acreditaria em suas bobagens? Teria de ser muito estúpido: será que ele era estúpido ou pensava que eu era estúpido? Eu o teria respeitado mais se me dissesse: “Olhe, se você não disser o que eu quero ouvir, eu vou torturar você.”⁵⁰

A postura e as indagações de quem sabe como opera o governo estadunidense naquele contexto, direcionadas aos interrogadores, passam a esvaecer na medida em que o corpo de Slahi encontra-se cada vez mais machucado e enfraquecido, a ponto de ele aceitar escrever a confissão de crimes que não cometeu, para que não seja mais torturado. Além da dor física, essa situação limite se configura pelas ameaças proferidas por seus interrogadores contra sua própria

⁴⁹ FANON, 2021, p. 37

⁵⁰ SLAHI, 2015, p. 80

mãe. No relatório de Slahi há uma descrição feita pelo Comitê do Senado para os Serviços Armados sobre “uma carta fictícia esboçada pelo chefe da Equipe de Interrogatório declarando que sua mãe fora presa, seria interrogada, e se não cooperasse poderia ser transferida para GTMO. Essa carta destacava que ela seria a única mulher detida nesse ‘ambiente que era antes uma prisão só para homens’”. (SIEMS, 2015, p. 45) Não são só os efeitos da tortura em seu próprio corpo, mas a ideia de que essa dor possa atingir sua mãe o levam, por muito tempo, a silenciar sobre o ocorrido em Guantánamo.

Se retomamos a reflexão de Beauvoir, o silêncio parece inevitável, não apenas como consequência da tortura, mas como procedimento do Estado.

Se ele [o indivíduo torturado] sobrevive e é reconhecido como inocente e liberto, então ele é silenciado por ameaças cujo sentido lhe é familiar, e é geralmente condenado à prisão domiciliar para mais segurança; seus carcereiros garantirão seu silêncio. Se ele é julgado culpado, é geralmente tarde demais para uma apelação. Mas a análise preliminar não provida a ele a oportunidade de falar? Absolutamente não: ele sabe que se sua confissão não for ratificada, ele será “questionado” novamente; às vezes os torturadores estão até mesmo esperando do outro lado da porta do magistrado designado. Na Argélia, o sistema todo se apoia na confabulação de juizes, médicos e advogados que consideram o réu como o inimigo. Ele deve ser julgado culpado, de modo que a sentença é decidida antes do tempo e os procedimentos simplesmente visam esconder o fato de que tudo isso é arbitrário.⁵¹

Na análise de Beauvoir, mesmo uma libertação não eximiria o sujeito da ameaça do silenciamento. Djamila Boupacha sobrevive à tortura e, traumatizada, aterrorizada e com a pele marcada por queimaduras, como é descrita, além de repetir sua confissão, consegue declarar seu estado – ela

afirma que foi torturada – e insistir na solicitação de atendimento médico. O corpo de Djamila Boupacha está em jogo, e o corpo, se evocarmos aqui o ensaio de Beauvoir acerca da construção da categoria Mulher, *O segundo sexo*, é vivenciado como um obstáculo desde os primeiros traços da formação impelida às meninas. A puberdade é o ápice do tornar-se mulher,

⁵¹ BEAUVOIR, 2012, loc. 569, tradução nossa. Na edição em inglês: “If he survives and is found innocent and set free, then he is silenced by threats whose full meaning he is all too familiar with, and is usually placed under house arrest for more security; his jailers will guarantee his silence. If he is found guilty, it is usually too late to make an appeal. But won’t the preliminary hearing provide him with the opportunity to speak? Absolutely not: he knows that if his confession is not ratified, he will be “questioned” again; sometimes the torturers are even waiting right outside the committing magistrate’s door. In Algeria, the entire system rests upon the collusion of judges, doctors, and lawyers who all consider the defendant as the enemy. He must be found guilty, so the sentence is decided ahead of time and the proceedings simply aim at hiding the fact that it is arbitrary.”

quando a jovem passa a experienciar o seu corpo como um outro, como se o desejo de posse e de violação que a ele se dirige decorresse de uma presença concreta no mundo que escapa à sua subjetividade. No caso de Djamila Boupacha, a violência do estupro institucionalizado estende o domínio e a definição de seu corpo ao consultório médico e ao tribunal.

Alguns meses depois, médicos parisienses que foram chamados para uma segunda avaliação concordaram que Djamila sofrera mesmo um “defloramento traumático”. Em Algiers, entretanto, levou apenas cinco minutos para o médico Lévy Leroy declarar que, tendo examinado Djamila “completamente desnuda”, notou “complicações menstruais de natureza constitucional”. Ele, mais tarde – no dia 14 de Junho – declararia que Djamila manteve suas roupas de baixo durante aquela visita, e que ele não teria então realizado exame ginecológico algum para não humilhá-la.⁵²

Beauvoir denuncia uma situação em que, por medo, o tratamento médico é negado, do mesmo modo que advogados não defendem seus clientes. Ao passo, ela nota, o Exército, a polícia, as cortes e a maioria da população europeia, recebem colaboração, em nome de uma missão contra um adversário desconhecido, como vemos na identificação com a Legião Estrangeira problematizada por Fanon.

Por outro lado, o trabalho de Halimi encoraja a militante torturada a formalizar sua queixa, possibilita a visibilidade ao caso e o diálogo com a opinião pública. Apesar da criação de um comitê em apoio à jovem, Halimi é banida de Algiers, e o julgamento de Djamila é adiado. Em seguida, aponta Beauvoir, “um acordo é oferecido: um psiquiatra declararia que ela não foi responsável por suas ações e ela seria inocentada, mas ao mesmo tempo suas acusações perderiam todo o crédito. O julgamento contra seus torturadores não aconteceria. Ela [Djamila Boupacha] recusou.”⁵³

A voz da torturada é silenciada quando condenada, e, se inocentada – de um crime que não cometeu, vale lembrar – a vítima é desconsiderada como alguém que poderia responder por

⁵² Idem, loc. 569-572, tradução nossa. Na edição em inglês: “A few months later, the Parisian doctors who were called in as a second expert evaluation all agreed that Djamila indeed had undergone a ‘traumatic defloration’. In Algiers, however, it took only five minutes for doctor Lévy Leroy to declare that, having examined Djamila ‘completely unclothed,’ he had noticed ‘menstrual troubles of a constitutional nature.’ He would later—on June 14—state that Djamila had kept her underclothes on during this visit, and that he had performed no gynecological exam so as not to ‘humiliate her.’”

⁵³ Idem, loc. 572, tradução nossa. Na edição em inglês: “they offered her a deal: a psychiatrist would declare that she was not responsible for her actions and she would be acquitted, but at the same time her accusations would lose all credit. The trial against her torturers would not take place. She refused.”

seus atos. As testemunhas, também são caladas, e tendem a desaparecer, observa Beauvoir. Há uma ausência de resposta também quando se pergunta sobre os torturadores, é recusado o acesso a imagens fotográficas pelas quais pudessem ser identificados, o que a filósofa considera um abuso de autoridade, que não ocorreria em uma autêntica democracia. Beauvoir então propõe um exame cuidadoso da situação:

Homens inocentes não deveriam temer uma investigação pública envolvendo seus nomes; eles poderiam até mesmo não serem informados. Apenas aqueles que Djamila reconhecesse e que o juiz acusasse seriam “desmoralizados”. Esse é o risco do qual General Ailleret e o Ministro dos Exércitos intencionam proteger o pessoal militar e os oficiais da polícia: o risco de não poder torturar sem contrair uma punição.⁵⁴

Julien Murphy destaca a relevância do papel de Beauvoir, a saber, o de uma intelectual universal defendendo os direitos humanos, que, para a estudiosa, tem importância ainda no século XXI, nos dias em que ainda ocorrem atrocidades grotescas como a prisão de Abu Ghraib, conforme exemplifica.⁵⁵ Se pensarmos em nosso tempo, no momento dos preparativos da comunicação da qual este artigo se desdobra, podemos mencionar situações limite várias pelo mundo no ano de 2025. Dentre eles, obviamente, o genocídio do povo palestino em Gaza, e também as deportações, detenções e torturas do presidente estadunidense Donald Trump, sobretudo o caso de El Salvador.

Nayib Bukele foi eleito presidente de El Salvador em 2019 e desde então permanece no cargo. A repressão do crime e da corrupção no país foi uma de suas promessas de campanha. Em 2024, ele reescreveu a constituição para garantir sua reeleição. O governo Bukele tem permitido a transferência de pessoas detidas pelos Estados Unidos para El Salvador. Sobre a relação entre os imigrantes deportados dos Estados Unidos e o interesse de Bukele em negociar a partir dessas detenções, lemos em artigo jornalístico traduzido no site de notícias *Outras Palavras*:

⁵⁴ Idem, loc. 578, tradução nossa. Na edição em inglês: “Innocent men would not have had to fear a public inquiry involving their names; they could have even remained uninformed. Only those whom Djamila recognized and whom the judge charged would have been “demoralized.” This is the risk from which General Ailleret and the Minister of Armies intend to protect military personnel and police officers: the risk of not being able to torture without incurring punishment.”

⁵⁵ MURPHY, 2012, loc. 211.

A taxa de transferência de detentos para uma mega-prisão salvadorenha recém-construída “seria relativamente baixa” para os EUA, mas suficiente para tornar “todo o sistema prisional de El Salvador sustentável”, Bukele escreveu em uma postagem na plataforma de mídia social X datada de 3 de fevereiro de 2025. O que não foi dito é que os presos, muitos deles imigrantes ilegais deportados que não necessariamente são criminosos, seriam conscientemente colocados em um sistema prisional que comete abusos generalizados contra direitos humanos, nas mãos das forças do Estado el-salvadorenho.⁵⁶

Em 16 de março, cerca de 250 pessoas venezuelenas foram deportadas dos Estados Unidos para El Salvador; em um vídeo publicado online por Bukele, os deportados são vistos “chegando a El Salvador com as mãos e os pés algemados e curvados à força por guardas armados.” Vale notar que El Salvador é signatário da Convenção contra a Tortura das Nações Unidas e, nessa parceria com Trump, um “uso sistêmico de tortura” já foi constatado pela Anistia Internacional, após missões ao país e entrevistas com vítimas e seus familiares. A matéria menciona também um estudo de caso realizado pela organização defensora de direitos humanos Cristosal, cuja “análise forense de corpos exumados de pessoas que morreram na prisão”, determinou, em 2024, que “a tortura se tornou uma política de Estado.” Ainda, com o referido estudo, são estimadas centenas de mortes por desnutrição, traumatismo craniano, estrangulamento e falta de tratamento médico.

Em “Trump e Bukele criam campos em El Salvador”, tradução do texto jornalístico de Greg Grandin, publicada na página brasileira do site de notícias Intercept, a desumanização das pessoas arbitrariamente detidas e o silêncio em relação a esses desaparecimentos remetem à histórica intervenção estadunidense em países latinoamericanos.

Durante as décadas de 1970 e 1980, regimes anticomunistas apoiados pelos EUA “desapareceram” com centenas de milhares de cidadãos latino-americanos, praticando uma forma de terrorismo de Estado que remonta à Alemanha nazista. El Salvador ganhou fama por esses “desaparecimentos” políticos. Cerca de 71 mil pessoas, entre 1 e 2% da população de El Salvador, foram mortas ou desapareceram.⁵⁷

A matéria publicada pelo Outras Palavras, em Março de 2025, destaca a taxa de encarceramento de El Salvador como a mais alta do mundo naquele momento. Ao mesmo tempo, o silêncio e a ausência de corpos dessubjetivam, diluem a vida com muitos enterros em

⁵⁶ Mega-prisão e imigrantes: o pesadelo Bukele-Trump OutrasMídias Geopolítica & Guerra Por The Conversation. **Outras Palavras**. 19 março 2025.

⁵⁷ Trump e Bukele criam campos em El Salvador. **Intercept Brasil**. 28 abril 2025.

valas comuns, realizados por funcionários do governo, sem que haja notificação à família.⁵⁸ Ainda que haja silêncio, as imagens dos corpos podem provocar alguma reflexão e tomada de consciência acerca dessa situação:

prisioneiros empurrados uns contra os outros, despidos, e com as cabeças raspadas, chamaram a atenção do mundo. Para muitos observadores, elas evocam a desumanização dos navios negreiros e dos campos de concentração nazistas. Representam uma violência que, para muitos, define a América Latina, refletida na história sinistra do período da Guerra Fria, de desaparecimentos à tortura, das prisões em massa aos voos da morte.⁵⁹

A imagem desumanizadora dos prisioneiros, empurrados uns contra os outros, como descrito no trecho da matéria do Intercept citado acima, é, curiosamente, também uma das poucas situações de contato humano experienciadas por Slahi no tempo em que vivencia a detenção e a tortura. Mesmo amontoados, na transferência de Bagram para Cuba, ele considera um conforto sentir o calor de outro detento, nas coxas e costas que se tocam.⁶⁰ A possibilidade de socializar e até mesmo de olhar para os outros prisioneiros e perceber-se visto por esses outros também aparece como modo de amenizar o sofrimento. Ele relata gostarem de olhar uns para os outros, uma vez que os detentos não tinham permissão para comunicação verbal. “A punição para quem falasse era pendurar o detento pelas mãos, os pés mal tocando o chão. [...] A maioria dos detentos tentava falar quando estava pendurado, o que fazia os guardas duplicarem a punição.”⁶¹

Pior do que o temor de ser torturado quando essa violência nunca foi experienciada, pode ser parece-nos, acompanhando Slahi, entender que a tortura possa se repetir. O mauritano detestava a expectativa e o momento que precede a tortura: “A todo momento acordava e me perguntava: Por que não me interrogam agora, e fazem comigo o que quiserem, e terá passado? Detesto ficar na expectativa de ser torturado; um provérbio árabe diz: ‘Esperar ser torturado é pior que tortura’. Só posso ratificar esse provérbio.”⁶²

Se, por uma perspectiva existencialista, a liberdade confirma a si própria ao longo do tempo, realizada como unidade a cada instante, de modo que a existência não desabe no nada,

⁵⁸ Mega-prisão e imigrantes: o pesadelo Bukele-Trump OutrasMídias Geopolítica & Guerra Por The Conversation. **Outras Palavras**. 19 março 2025.

⁵⁹ Trump e Bukele criam campos em El Salvador. **Intercept Brasil**. 28 abril 2025.

⁶⁰ SLAHI, 2015, p. 90

⁶¹ Idem, p. 77

⁶² Idem, p. 158

no absurdo do instante puro a todo momento, a retomada do passado e as criações anteriores de possibilidades justificam o projeto no qual o indivíduo se engaja vislumbrando um fim futuro.

eu não poderia querer autenticamente um fim sem querê-lo através de minha existência inteira, enquanto futuro deste momento presente, enquanto passado superado dos dias por vir: querer é engajar-me em perseverar em minha vontade.⁶³

Contudo, a liberdade se confirma como unidade e movimento indefinido pois o ser humano não cria o mundo, ele o desvela na transposição de obstáculos em uma esfera concreta.⁶⁴ Sabemos, com Beauvoir, que toda escolha é realizada em situação, e que o corpo é situação. Fixado como Outro, sob o olhar daquele que se afirma como Um, sujeito soberano, qual desvelamento é possível? Falamos aqui em um Outro recusado em seu território, sua história, sua cultura, seu povo, sua voz e em seu corpo. O sujeito torturado não experiencia as dores de um papel ao qual, em uma condição inferior, está relegado, nem precisa crer que seu ser coincide com o seu ser para o outro. O sujeito torturado não precisa acreditar em sua inferioridade, precisa apenas, quando não reconhecer-se mais consciência autônoma, repetir, mecanicamente, a confissão que lhe é imputada, não por um outro indivíduo, mas pelo Estado.

A experiência da repetição da tortura pode parecer, talvez, irreversível, na medida em que o indivíduo não se submete a aniquilar seu projeto, sua história e seus valores. Contudo, ao passo que a tortura se repete, como se verá esse sujeito em tal situação-limite? Haveria possibilidade de um ato reflexivo que leve o sujeito sozinho a um ato-limite? É curioso e importante notar o encontro com o outro que compartilha uma situação limite, ou que ao menos reconheça a sua gravidade. São os corpos e olhares dos outros detentos, assim como as vozes, que se multiplicam, assim que uma primeira voz profere a oração com o Corão em Guantánamo, onde ninguém sabe que horas são (SLAHI, 2015, p. 78); o Comitê Boupacha; e a multidão da manifestação da qual Beauvoir participa pela Argélia, que confirmam que o corpo não é um fato bruto, como compreende a filósofa francesa existencialista. Aqueles que se fazem cegos ou surdos, lançando-se em seu corpo, como força cega em projetos alheios, como se pudessem ignorar as razões de existir, dispõem-se de modo a livrar-se da própria liberdade, perdendo-se no objeto, tornando-se incapazes de reconhecer a liberdade alheia. Entre estes podem estar os

⁶³ BEAUVOIR, 2005, p.28

⁶⁴ Idem, p. 29

legionários, os torturadores, que em nome do Exército ou do Estado, ou contra o que aprendera ser o terrorismo, contra o que entenderiam por comunismo, são capazes da ferocidade e da brutalidade dirigida aos indivíduos supostamente inimigos, que serão atacados em seu corpo. O corpo, diz Beauvoir, exprime a nossa relação com o mundo, de modo que a tortura enquanto situação limite barra toda e qualquer relação singular do torturado. Daí a importância da responsabilidade da ação e do reconhecimento da liberdade original que caracteriza a condição humana como fim de um projeto, bem como do conhecimento do passado, das estruturas e determinações históricas de uma situação, e do reconhecimento da experiência do outro como um estar no mundo possível, para o desvelamento de um sentido para o projeto em que se engaja. Sentido este que pode ganhar concretude e voz na intersubjetividade, na comunicação, pela qual posso escutar, ver e até mesmo sentir a pele do outro. Um outro sujeito, sujeito-corpo, e se pode-se ver o corpo, não há silêncio.

Bibliografia

BAIR, Deirdre. **Simone de Beauvoir: a biography**. New York: Touchstone – Simon & Schuster, 1990.

BEAUVOIR, Simone de. **A Força da Idade**. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. **Por uma moral da ambigüidade**. Tradução: Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

_____. **O Segundo Sexo**. Trad. Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2009. 2v.

_____. Preface to Djamila Boupacha. In: _____. **Political Writings**. University of Illinois, 2012.

CHINCHILLA, Julieta. (2021). **La construcción de una “nueva” mujer argelina: diario de una guerrillera**. Revista Paginas, 13(32). <https://doi.org/10.35305/rp.v13i32.511>

FANON Frantz. **Escritos Políticos**. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Boitempo, 2021.

FAUSTINO, Deivison M. “A política dos escritos políticos de Frantz Fanon”. In: FANON Frantz. **Escritos Políticos**. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Boitempo, 2021.

HALIMI, Gisèle; BEAUVOIR, Simone de. **Djamila Boupacha**. Gallimard, 1962.

HOBBSAWM, Eric. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

Mega-prisão e imigrantes: o pesadelo Bukele-Trump OutrasMídias Geopolítica & Guerra Por The Conversation. **Outras Palavras**. 19 março 2025. Disponível em:
<https://outraspalavras.net/outrasmidias/mega-prisao-e-imigrantes-o-pesadelo-bukele-trump/>

MURPHY, Julien. Introduction – Preface to Djamila Boupacha. In: BEAUVOIR, Simone de. **Political Writings**. University of Illinois, 2012.

SCHIOCCHET, Leonardo. “O Extremo Oriente Médio, admirável mundo novo: a construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe. In: **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 2, p. 37-81, 10 ago. 2011.

SIEMS, Larry. “Notas sobre o texto, censura e anotações” In: SLAHI, Mohamedou O. **O Diário de Guantánamo**. Trad. Donald M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SLAHI, Mohamedou O. **O Diário de Guantánamo**. Trad. Donald M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Trump e Bukele criam campos em El Salvador. **Intercept Brasil**. 28 abril 2025. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/04/28/trump-bukele-prisao-el-salvador/>

Who we are | ICE. U.S. Immigration and Customs Enforcement. Disponível em: <https://www.ice.gov/>

Vídeo

Breaking the Silence: From Guantánamo to ICE - Mohamedou Ould Slahi & Don E Walicek at IHEID, Geneva. (2025) 1 vídeo (1:53:12 minutos) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GaYpezGveno> Acesso em 18 set. 2025.